

## Uma educação intercultural pra superar a discriminação

Ao mesmo tempo em que a diversidade da humanidade está cada vez mais escancarada, assistimos a um crescimento das práticas discriminatórias, machistas, racistas e homofóbicas dentro das escolas. Ao mesmo tempo em que mais da metade das crianças são negras/pardas/mestiças, e mais da metade são meninas, quase sempre estas crianças estão submetidas a uma lógica de exclusão. A partir destas contradições, a professora da UFRPE Denise Botelho, especialista em Educação das Relações Étnico-raciais, conduziu uma das mesas mais aplaudidas do IX Congresso do SINPROJA, na noite do segundo dia do evento.

Educar para diversidade se tornou uma prerrogativa deste século XXI. “Agora, a gente precisa de subsídio pra essa prática educativa”, começou pontuando a professora. Pra dar conta da tarefa de subsidiar as professoras e professores que participaram do IX Congresso, Denise Botelho apresentou uma pesquisa realizada em 2008 pela professora Mirian Abramovai. “A pesquisa tem 10 anos, mas de lá pra cá o quadro não apresentou nenhuma melhora. Aliás: tende a piorar com o cenário que está colocado para a educação brasileira”, lamentou.

De acordo com a pesquisa, a maior discriminação dentro das escolas brasileiras é contra a homossexualidade. Em pleno século XXI, quando a homossexualidade já deixou de ser considerada uma doença (como foi durante séculos), encontramos esta realidade nas escolas do nosso país. Em segundo lugar, na discriminação, está o fato da criança ser negra. “Eu sou negra e, quando eu estava na escola, eu não conseguia entender porque eu nunca era a rainha do milho, não participava das quadrilhas e, quando participava, tinha de par outra menina negra. Isso pra uma criança de 10, 12 anos dá um grande problema na construção do amor-próprio da criança”, explicou a professora.

“Sem querer a gente vai entrando nesta lógica perversa da sociedade, reforçando uma situação de exclusão e preconceito contra a diversidade que é uma realidade cada vez mais gritante”, ressaltou. Botelho alertou para o cuidado necessário a ser tomado por professores e professoras em relação a estas crianças que sofrem cotidianamente com invisibilidade e violência. Muitas vezes, a reação dessas crianças é o que se chama de ‘baderna’, para chamar atenção para si. “É muitas vezes uma forma de ser notado, de ter um espaço”, ponderou. A violência maior é o racismo cotidiano, o machismo do dia a dia, a homofobia rotineira, que levam tantos jovens à depressão e ao suicídio.

Para além de nossa opinião individual, quem dita as regras de poder na sociedade brasileira está personificado no homem, branco, de classe média, letrado, heterossexual e cristão. Isto significa na prática que qualquer antagonismo a este padrão está fora da norma. “Se eu estou fora da norma, eu sou diferente, se sou diferente, provavelmente vou viver experiência de preconceito e discriminação”, explicou Denise Botelho.

A professora apresentou uma lista dos apelidos que as crianças negras recebem em todo o Brasil, elencadas na pesquisa de Mirian Abramovai. Os mais comuns são: macaco, gorila, galinha preta de macumba, fumaça, feijoada, feijão preto, escravo, endiabrado, cola de asfalto, churrasquinho entre outras dezenas. A palestrante questionou aos congressistas quantos eram chamados daquela forma, no tempo em que era estudante. A maioria das professoras negras que estavam no Congresso relatou ter sido chamada de pelo menos três daqueles apelidos, no tempo de estudante. Questionando se hoje, como professoras, elas percebiam aquele tipo de tratamento aos estudantes negros, mais uma vez, a resposta foi um ‘sim’ geral.

Como a formação brasileira vem de uma tradição escravocrata, o preconceito de cor e de classe quase sempre estão entrelaçados. Quase sempre relacionamos pobreza e negritude com baixa capacidade intelectual. “Quando a gente não acredita no potencial dos nossos alunos, a nossa interação, a nossa disponibilidade pra que aquele aluno venha junto conosco é muito menor, é muito

diferente”, exemplificou. Cotidianamente há inúmeros casos desse tipo, e os apelidos para a pobreza também são muitos. “Quando o aluno é pobre, negro, homossexual, vai sobrepondo camadas de exclusão, ele não chega no ensino médio. A escola a expulsa”, lamentou a professora.

Como a escola expulsa, quase sempre a gente olha para a pobreza como criminalidade. “Eu, na universidade, dando aula, eu preciso descer e dizer: coleguinhas amados universitários, fumem o negocinho de vocês longe daqui, porque tá indo na sala”, relatou. Mas na universidade é ‘legal’, é ‘contracultura’, é socialmente aceitável. “E eu tenho certeza que a maioria dos meus alunos que estão na universidade, a maioria vinda das classes média e média alta, carrega, transporta, fazem qualquer negócio com isso que estou falando, muito mais do que um menino aqui do Jordão. Agora, se um menino pobre, preto, do Jordão, for pego com o mesmo quantitativo, ele é traficante. E às vezes a gente também olha pra ele desta mesma maneira. De forma bastante diferenciada”, denunciou a palestrante.

Denise também abordou a questão da homossexualidade, segunda discriminação mais presente na escola, segundo a pesquisa. “Tem a parada do orgulho LGBT. Quem não gosta, não precisa ir lá. Ninguém é obrigado a gostar. Mas como educador, precisamos respeitar e fazer respeitar”, pontuou. As pesquisas apontam que a maioria dos apelidos depreciativos que os estudantes LGBT recebem na escola são colocados pelos próprios professores. “O que deixa os coleguinhas à vontade pra exercer a discriminação”, lamentou.

A maioria das educadoras e educadores, mesmo as que têm menos preconceito, não sabe lidar com este tipo de temática. Por isso, no início do governo Dilma Roussef, foi preparado um material para desenvolver o debate em sala de aula. O material estava pronto, mas foi equivocadamente chamado de “kit gay”, a bancada evangélica fez uma grande mobilização, Dilma recuou e não distribuiu o material. Este grupo que se denomina “Escola sem Partido” é o mesmo que está por trás da mobilização “contra a ideologia de gênero”. “Eles podiam pelo menos saber os conceitos das coisas, porque Ideologia de Gênero é algo que realmente a gente não faz. Quando a gente traz a perspectiva de gênero e sexualidade pra sala de aula, é num processo informativo/educativo”, ressaltou a professora.

A necessidade de se trabalhar as questões de gênero e sexualidade é urgente, porque a violência de gênero é cotidiana. “A gente trabalha gênero na sala de aula porque pernambuco, infelizmente, ainda tem os maiores índices de violência doméstica, ainda mata mulheres como se abate animais no matadouro. As mulheres morem banalmente”, lamentou. A palestrante lembrou de um acontecimento recente, em que um homem matou o filho de uma semana porque a esposa se negou a fazer sexo com ele. “Existe uma forte noção de que o corpo feminino é de propriedade do seu marido. Primeiro era do pai, do irmão, depois do marido, dos filhos... Como a gente não trabalha gênero em sala de aula, temos que ter consciência de que este bebê de uma semana foi assassinado em decorrência dessa lógica do patriarcado, que está presente até o dia de hoje nas nossas salas de aula e nas nossas vidas. A gente fala dos alunos, mas a gente sabe que muitas de nós ainda passam por este processo da violência em casa”, lembrou.

Muitos desse alunos vão criando circunstâncias de se defender deste ambiente hostil que é a escola. “A escola que deveria ser acolhedora, a escola de Paulo Freire, que nos diz que seria o lugar da emancipação, se torna muitas vezes o lugar da perseguição. Aí você começa a ver os índices de evasão.” Nos índices de evasão, você vê que a escola não é espaço para alunos portadores de deficiência, por exemplo. A proposta de educação para esta população tem que ser educar para a diversidade, para aceitar e potencializar cada pessoa como ela é. Porque os chamados “alunos regulares” precisam ter o contato com os alunos que estão em situação diferenciada. “É necessário, mas a gente pensa assim: eu tou lá com 23 turmas lotadas de alunos e ainda vem aqueles alunos diferentes que a gente prefere negar, porque a gente enxerga isso como ‘mais trabalho’”, lamenta.

A professora defendeu que é preciso, nesse processo, socializar os alunos regulares para a solidariedade, pra dividir habilidades com os alunos que não se encaixam nos padrões. “Como é que a gente vivendo nesta máquina de moer gente, a gente vai ter espaço pra pôr em prática as políticas educacionais permanentes? A gente não consegue nem se rever nas nossas posturas, não consegue capacitação, não consegue entender como lidar com todas estas coisas, nas condições reais que o trabalho impõe”, apontou.

Outra discriminação presente na escola é a religiosa. “Estamos vivendo na idade média, neste sentido. Eu sou de uma religião que ensina que até um bichinho da natureza é sagrado, quanto mais um ser humano. O que estamos assistindo hoje é um racismo religioso”, frisou Denise Botelho. Ela alertou que o próprio artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) não é respeitado, muitas vezes porque o próprio gestor, vinculado a determinado grupo religioso, não entende as outras religiões como válidas.

“Por exemplo: é preciso dizer que o Pai Nosso não é uma oração universal, porque tem estudantes que não são cristãos e tem também alunos ateus – e nem por isso eles vão queimar no fogo do inferno. Eu conheço muitos comunistas, ateus, que lutam por um processo de uma sociedade justa – o princípio que Jesus ensinou”, destacou a palestrante. Ela levantou a reflexão sobre o pai nosso estar vinculado a um segmento religioso específico – o cristianismo católico, basicamente.” Então é um absurdo que numa escola pública, que tem por princípio a laicidade, eu obrigar os meus docentes e discentes a rezar o pai nosso. Isso é o que se chama intolerância religiosa: a imposição de uma fé específica num coletivo religiosamente diversificado”, explicou.

Como reflexão final da palestra, Denise Botelho questionou a respeito da possibilidade da escola ajudar na luta contra o machismo, o racismo, a xenofobia, a intolerância, o sexismo, em favor de uma diversidade cultural. A resposta dela é que, sim. “Eu acredito que combinar a liberdade individual com o reconhecimento às diferenças culturais e às garantias constitucionais dessas diferenças, é possível, sim”, afirmou.

A professora defendeu que uma ‘educação intercultural’ poderia permitir o reconhecimento da complexidade das populações educacionais. “A diferença nos enriquece. Uma das mais difíceis tarefas das nossas vidas é entender as diferenças como pontes, não como barreiras. Uma ponte pra encontrar nossos alunos, e não pra segregá-los”, concluiu Denise Botelho.